

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2021

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS

13.1 A Prova Discursiva será realizada **para todos os cargos de NÍVEL SUPERIOR**, juntamente à Prova Objetiva.

13.1.1 Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem 10.4, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

13.2 A Prova Discursiva será composta por **02 (duas) Questões de Conhecimentos Específicos**, conforme Anexo II – dos Conteúdos Programáticos.

13.2.1 A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes na Tabela 13.1:

TABELA 13.1

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	4
2	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria) a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema.	3
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 3, "Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão", também será pontuado com nota 0 (zero).	2
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, pontuação, regência e concordância (requisitos gramaticais), constituição adequada dos parágrafos conforme o assunto abordado, respeito às margens e legibilidade. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	1
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA			10

13.3 A correção da Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Corretora, conforme os aspectos mencionados na Tabela 13.1, cuja a pontuação total da Prova Discursiva será de 20 (vinte) pontos. O candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) ou mais do total da pontuação prevista para cada Questão da Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

13.4 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

13.5 O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta de cada questão da Prova Discursiva, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

13.6 A Prova Discursiva ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de

tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

13.7 Nenhuma das folhas de textos definitivos da Prova Discursiva poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.

13.8 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da Prova Discursiva, acarretará descontos na pontuação atribuída ao candidato.

13.9 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

13.10 O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;

b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;

c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;

d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;

e) não apresentar as questões na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;

f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

13.10.1 Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, previstos no item 13, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

13.11 A sigilidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.

13.11.1 Para a correção da Prova Discursiva, a Folha da Versão Definitiva será digitalizada e a identificação do candidato omitida, para somente então ser disponibilizada para a correção através de um ambiente eletrônico.

13.11.2 Na Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, constará no rodapé a seguinte informação ao candidato: "Para Correção, esta folha será digitalizada e a identificação do candidato será omitida".

13.12 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 16 deste Edital.

NÍVEL SUPERIOR - TARDE

Em relação à distribuição dos pontos referentes aos itens **3. Argumentação e senso/senso crítico em relação ao tema** e **4. Utilização adequada da língua portuguesa**, esclarecemos que a avaliação seguirá o mesmo padrão (demonstrado na tabela a seguir) para todos os cargos:

3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto: Argumentação excelente [1,5 a 2,00]; Mediana [1,00 a 1,40] e; Ruim [0,50 a 0,90].	2
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa: A nota será apurada descontando-se o total máximo de [-1,00]: [-0,05] para cada erro gramatical (limitado a [-0,50]); Portanto, se a resposta ultrapassar 10 erros gramaticais, não haverá mais descontos; Até [-0,15] para o desrespeito às margens; Até [-0,15] para a incorreta constituição de parágrafos, inclusive quanto à estruturação dos períodos no interior destes; Até [-0,20] para ilegibilidades.	1

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – CIÊNCIAS ATUARIAIS

1) As decisões de investimento compreendem a elaboração, a avaliação e a seleção de propostas de aplicações de capital realizadas com o objetivo, normalmente de médio e longo prazos, de produzir determinado retorno aos proprietários de ativos. O processo de alocação de capital (investimento) é uma das três decisões financeiras (investimento, financiamento e dividendos) para as quais é necessário ter a atenção do administrador financeiro de uma empresa. Nessa perspectiva, disserte a respeito de quais os critérios de aceitação-rejeição de uma proposta de investimento com base no Valor Presente Líquido (VPL) e no Índice de Lucratividade (IL). Levando ainda em consideração que as empresas, na grande maioria das vezes, possuem recursos limitados para realizarem seus investimentos, discorra sobre quais aspectos devem ser levados em consideração no processo de seleção de investimentos.

R: O critério de Decisão com o Valor Presente Líquido (VPL) dá-se da seguinte forma:

$VPL > \$ 0 \rightarrow$ Projeto cria valor econômico. Aumenta a riqueza dos acionistas.

$VPL = \$ 0 \rightarrow$ Projeto não cria valor econômico. Remunera somente o custo de oportunidade. Não altera a riqueza dos acionistas.

$VPL < \$ 0 \rightarrow$ Projeto destrói valor econômico. Reduz a riqueza dos acionistas.

O critério de aceitar-rejeitar uma proposta de investimento com base no índice de lucratividade segue o seguinte esquema:

$IL > 1$: o projeto deve ser aceito ($NPV > 0$).

$IL = 1$: indica um $NPV = 0$; em princípio, o projeto é considerado como atraente, pois remunera o investidor em sua taxa mínima de atratividade.

$IL < 1$: o projeto apresenta um NPV negativo (destrói valor), devendo, portanto, ser rejeitado.

O processo de seleção deve analisar as restrições de recursos de capital que precisarão ser otimizados em termos de situação ótima. Deve-se evitar, sempre que possível, o uso parcial para que não haja ociosidade dos fundos programados para investimentos. É preciso analisar ainda a escolha de um conjunto de alternativas de investimentos que, além de atender às restrições orçamentárias, produza a maximização dos benefícios econômicos para a empresa.

Assaf Neto, Alexandre. Fundamentos de administração financeira / Alexandre Assaf Neto, Fabiano Guasti Lima. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Página 184 e 194

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 3 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1 ponto cada;</p> <p>Critério 1: Análise da viabilidade com base no VPL = 1,5 ponto</p> <p>Critério 2: Análise da viabilidade com base no IL = 1,5 ponto.</p> <p>Critério 3:= aspectos a serem considerados ao fazer um investimento= 1,0 ponto.</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 3 critérios de pontuação.</p>	4

2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Conforme exposto a seguir, são 3 critérios de pontuação a serem abordados.</p> <p>Para cada tópico não abordado autoriza-se o desconto de – 1,0 ponto.</p>	3
----------	---	----------

2) A Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, trata sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais referente aos regimes próprios de previdência social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, definindo os parâmetros para determinar o plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial. Partindo do exposto, apresente, de acordo com o artigo 12 da referida portaria, quais são os regimes para apuração dos compromissos e determinação dos custos do plano de benefícios do RPPS e discorra, ainda, a respeito de quais benefícios previdenciários são usados em cada um desses regimes de apuração.

R: DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Art. 12. Os entes federativos poderão adotar os seguintes regimes para apuração dos compromissos e determinação dos custos do plano de benefícios do RPPS, como fundamento da observância do equilíbrio financeiro e atuarial:

I - regime financeiro de capitalização;

II - regime financeiro de repartição de capitais de cobertura; e

III - regime financeiro de repartição simples.

§ 1º O regime financeiro de capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

§ 2º O regime financeiro de repartição de capitais de cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados ativos.

§ 3º O regime financeiro de repartição simples será utilizado como mínimo aplicável para os benefícios diversos dos mencionados nos §§ 1º e 2º, caso previstos no plano de benefícios do RPPS.

§ 4º Os benefícios de aposentadoria e pensão por morte deverão ser avaliados em regime financeiro de capitalização, ainda que relativos a Fundo em Repartição, no caso de segregação da massa, ou a massa de beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.

Referências:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50863383/do1-2018-11-20-portaria-n-464-de-19-de-novembro-de-2018-50863118

PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018.

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 2 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 2,0 ponto cada;</p> <p>Critério 1: apresentar os três regimes de apuração = 2,0;</p> <p>Critério 2: apresentar em quais benefícios é usado cada um dos regimes = 2,0.</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 2 critérios de pontuação.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p>	3

Conforme exposto a seguir, são 2 critérios de pontuação a serem abordados, sendo 1,5 ponto cada (ou seja, abordar os regimes e apontar para quais benefícios os regimes são usados).

Para cada tópico não abordado, autoriza-se o desconto de – 1,5 ponto.

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – ECONOMIA

1) A estrutura de uma entidade, com ou sem fins lucrativos, é resultado de seus investimentos, no sentido de que, quanto mais longa for uma operação ou vida útil de um projeto, maiores são as fontes de riscos e incertezas. Nesse sentido, considerando o corpo de conhecimentos em gerenciamento de projetos nos setores público e privado, a abordagem de gerenciamento de riscos merece atenção especial dos gestores. Dessa forma, na gestão de projetos, qual setor apresenta um *timing* mais arriscado: público ou privado? Discorra sobre as principais razões.

R: Pelo *timing* (período de tempo de desenvolvimento do projeto), um projeto no setor público geralmente é mais arriscado que um projeto privado. Inicialmente, porque **os processos de aquisições e contratações** são quase que totalmente amarrados e restritos pela lei de licitações e suas congêneres. Além disso, pelos processos de **descontinuidades**, que ocorrem devido às mudanças de mandatos ou sucessões políticas que não dão continuidade a projetos anteriores. Finalmente, pelo **ambiente de negócios**, onde a imagem associada a atividades do setor público é, muitas vezes, vinculada a processos obscuros, podendo dificultar, inclusive, os relacionamentos com parceiros (internos ou externos) e fornecedores, que têm expectativas moldadas por essa imagem.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1,00 ponto cada.</p> <p>Critério 1: Mencionar que em relação ao <i>timing</i>, projetos do setor público são mais arriscados em comparação ao setor privado [1,00 ponto].</p> <p>Critério 2: Citar a primeira razão pela qual os projetos do setor público são mais arriscados: os processos de aquisições e contratações [1,00 ponto].</p> <p>Critério 3: Citar a segunda razão pela qual os projetos do setor público são mais arriscados: os processos de descontinuidade [1,00 ponto].</p> <p>Critério 4: Citar a terceira razão pela qual os projetos do setor público são mais arriscados: o ambiente de negócios [1,00 ponto].</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p>	3

Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico, autoriza-se o desconto de até - 0,75 ponto no item 2 por comprometimento do tema.

2) A Previdência Social é um seguro social em que o trabalhador participa por meio de contribuições mensais para garantir uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar, ou seja, quando ele se aposentar. Nesse contexto, no âmbito previdenciário, qual é o objetivo da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012? Quais servidores públicos foram afetados e qual direito passaram a ter? Cite o artigo e respectivos parágrafos da Constituição Federal que deixaram de ser aplicados a partir da edição dessa Emenda Constitucional.

R: O objetivo da Emenda Constitucional nº 70, de 2012, foi estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez permanente dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

Foram afetados os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que passam a ter direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei.

Deixaram de ser aplicados com a edição dessa Emenda Constitucional, os parágrafos 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 3 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem:</p> <p>Critério 1: Abordar o objetivo principal da Emenda Constitucional nº 70, de 2012 [1,34 pontos].</p> <p>Critério 2: Mencionar os servidores afetados por unidade da federal, em face da Emenda Constitucional nº 70, de 2012 [1,33 pontos] e que passaram a ter direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei</p> <p>Critério 3: Citar o Artigo e os parágrafos da Constituição Federal que deixaram de ser aplicados com o advento da Emenda Constitucional nº 70, de 2012 [1,33 pontos].</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 3 critérios de pontuação.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Conforme exposto a seguir, são 3 critérios de pontuação a serem abordados.</p>	3

<p>Critério 1: Abordar o objetivo principal da Emenda Constitucional nº 70, de 2012.</p> <p>Critério 2: Mencionar os servidores afetados por unidade da federal, em face da Emenda Constitucional nº 70, de 2012.</p> <p>Critério 3: Citar o Artigo e os parágrafos da Constituição Federal que deixaram de ser aplicados com o advento da Emenda Constitucional nº 70, de 2012.</p> <p>Cada tópico não abordado autoriza-se o desconto de - 1,00 ponto.</p>	
--	--

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO

1) Explique o conceito de ciclo orçamentário na gestão pública no Brasil, apontando as três principais leis que amparam os orçamentos, identificando e explicando cada uma de suas fases.

R: O ciclo orçamentário brasileiro da gestão pública compreende a sequência de fase ou etapas que devem ser cumpridas pelo Poder Público para a realização das diversas políticas públicas, ou seja, relaciona-se ao período em que as atividades relacionadas ao orçamento ocorrem. O orçamento é baseado em três diferentes documentos: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas leis se integram de maneira harmônica, de maneira que a LDO não pode discordar da PPA (que representa o norte do orçamento) nem a LOA da LDO. As fases do ciclo compreendem: 1. Elaboração e Planejamento; 2. Discussão e Aprovação ou Apreciação Legislativa; 3. Execução e 4. Avaliação e Controle. A primeira fase compreende o início do ciclo orçamentário e tem como base a elaboração da proposta orçamentária (PLOA), na qual são estimadas as receitas e fixam-se as despesas, respeitando as várias classificações exigidas pelos dispositivos legais. Na segunda etapa, o Projeto de Lei Orçamentária é encaminhado ao Poder Legislativo, o qual, após realizadas todas as considerações e emendas, tem como função a aprovação da Lei Orçamentária Anual que é sancionada junto ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, publicada no Diário Oficial. A etapa de Execução consiste na arrecadação da receita e na realização da despesa, que será processada dentro de todo o exercício financeiro, em acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na última etapa, os órgãos internos e externos responsáveis apreciam e julgam se a aplicação dos recursos públicos ocorreu dentro das normas previstas na Lei Orçamentária Anual. Os órgãos de controle podem, a qualquer momento, realizar inspeções e auditorias, sem gerar prejuízo à apreciação final das contas.

Referências:

SENADO FEDERAL. Orçamento. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/ciclo-orcamentario>. Acesso em: 04 jan. 2022.

REDE JORNAL CONTÁBIL. Negócios: Compreenda as fases do ciclo orçamentário no Brasil. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/negocios-compreenda-as-fases-do-ciclo-orcamentario-no-brasil/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIO 1 – Abordou o conceito de ciclo orçamentário: até 1 ponto; CRITÉRIO 2 – Identificou as três leis em que se baseiam os orçamentos: até 1 ponto; CRITÉRIO 3 – Identificou as 4 fases do ciclo orçamentário: até 1 ponto; CRITÉRIO 4 – Explicou cada uma das fases: até 1 ponto.</p>	4

	Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.	
2	Atendimento ao tema proposto: Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico sobre a matéria, autoriza-se o desconto de - 0,75 pontos no item 2 por comprometimento do tema.	3

2) O *Balanced Scorecard* (BSC) é uma ferramenta utilizada por profissionais da Administração que pode trazer benefícios a quem a utiliza. Com base no exposto, explique o que é o BSC e quem foram seus precursores. Explique, ainda, as 04 perspectivas básicas e apresente um exemplo de cada uma de suas perspectivas básicas.

R: O *Balanced Scorecard* (BSC), cuja sigla traduzida significa Indicadores Balanceados de Desempenho, surgiu na década de 90 pelos pesquisadores Kaplan e Norton. É uma metodologia voltada para a gestão estratégica, sendo considerado um método ou uma ferramenta administrativa focado no equilíbrio organizacional, buscando estratégias e ações equilibradas em todas as áreas que afetam o negócio da organização como um todo, permitindo que os esforços sejam dirigidos para as áreas de maior competência e detectando e indicando as áreas para eliminação de incompetências. Seu principal diferencial de outros Indicadores de desempenho é que ele não é focado apenas em informações econômicas ou financeiras. As 4 perspectivas básicas do BSC são: Perspectiva Financeira; Perspectiva dos Clientes; Perspectiva dos processos internos; e Perspectiva do aprendizado e crescimento. A perspectiva financeira diz respeito às metas e às estratégias da empresa que têm foco na sua lucratividade, a perspectiva do cliente consiste em entender e considerar as necessidades e as expectativas dos consumidores da marca, a perspectiva dos processos internos deve ter as metas definidas com o propósito melhorar os processos que já são utilizados internamente pela empresa, bem como fomentar a criação de novos que ajudem a alcançar mais e melhores resultados e, por fim, a perspectiva do aprendizado e crescimento define o que a empresa precisa aprender (se aprimorar) para alcançar todos os objetivos anteriores.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria: Critério 1 – Explicou o que é BSC: até 1 ponto; Critério 2 – Indicou os precursores: até 1 ponto; Critério 3 – Indicou as 4 perspectivas básicas do BSC: até 1 ponto; Critério 4 – Exemplificou cada uma das perspectivas do BSC: até 1 ponto. Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.	4
2	Atendimento ao tema proposto: Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico sobre a matéria, autoriza-se o desconto de - 0,75 pontos no item 2 por comprometimento do tema.	3

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1) A respeito dos estágios da execução da despesa orçamentária, no que tange a empenho, liquidação e pagamento, elabore um texto dissertativo que aborde a definição, as características e as classificações do estágio do empenho, nas entidades do setor público. Lembre-se de conceituar e exemplificar as classificações do empenho.

O texto deve estar adequado à norma padrão da Língua Portuguesa e em consonância com a legislação e as normas vigentes sobre a temática.

R: O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, representando reserva de dotação orçamentária para um fim específico, nos termos disposto pelo art. 58 da Lei nº 4.320/1964.

Importa destacar, que o empenho deverá ser formalizado mediante a emissão de um documento denominado nota de empenho, do qual deve constar o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa orçamentária, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.

Embora o art. 61 da Lei nº 4.320/1964 estabeleça a obrigatoriedade do nome do credor no documento nota de empenho, em alguns casos, como na folha de pagamento, torna-se impraticável a emissão de um empenho para cada credor, tendo em vista o número excessivo de credores/servidores.

Informa o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que para os casos de não necessidade da impressão do documento nota de empenho, ele ficará arquivado em banco de dados, em tela com formatação própria e modelo oficial, a ser elaborado por cada Ente da Federação em atendimento às suas peculiaridades.

Todavia, quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa orçamentárias a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente. Outrossim, poderá ser anulado totalmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente pela entidade pública.

E, por fim, o empenho pode ser classificado em Ordinário (i) que é o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez. O Estimativo (ii) que é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, entre outros. E o Global (iii) que é o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria: Da distribuição da pontuação quando a abordagem necessária ao critério do conhecimento técnico científico desejável ao item para obter pontuação máxima: 1. O conceito estabelecido pela Lei 4.320/64 e pelo MCASP: [1 ponto]. 2. As características estabelecidas pela Lei 4.320/64 e pelo MCASP: [1,5 ponto]. 3. As classificações: [1,5 ponto]. Total: 4,00 pontos	4
2	Atendimento ao tema proposto:	3

Cada critério que o candidato não apresentar o conhecimento técnico-científico desejável vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema, conforme a seguinte distribuição:

1. O conceito estabelecido pela Lei 4.320/64 e pelo MCASP com as devidas explicações: [-1 ponto].
2. As características estabelecidas pela Lei 4.320/64 e pelo MCASP com as devidas explicações: [-1 ponto].
3. As classificações com as devidas explicações: [-1 ponto].

Total de desconto de até [-3,00], na proporção dos itens.

2) Sobre as transações sem contraprestação, nas entidades do setor público, elabore um texto que aborde sua definição, suas características e a sua forma de reconhecimento. Lembre-se de descrever exemplos de transações sem contraprestação.

O texto deve estar adequado à norma padrão da Língua Portuguesa e em consonância com a legislação e as normas vigentes.

R: Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) a transação sem contraprestação, em geral, é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos, e em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca. Considera-se, ainda, como transação sem contraprestação, a situação em que a entidade fornece diretamente alguma compensação em troca de recursos recebidos, mas tal compensação não se aproxima do valor justo dos recursos recebidos.

O MCASP ressalta que, ao contrário do que ocorre no setor privado, a maior parte das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorrem de transações sem contraprestação, principalmente as relativas a tributos, transferências e multas.

Quanto ao reconhecimento, uma transação sem contraprestação com entrada de recursos para o Governo, geralmente, gera uma VPA para o Ente ou órgão receptor. Em contrapartida, a entrada de recursos provoca a contabilização de um ativo.

Contudo, a transação pode incorrer custos, o que implica na contabilização de uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), por exemplo, a remuneração da rede bancária pela prestação de serviço de recebimento dos pagamentos de tributos pelos contribuintes. Nesses casos, deve-se fazer a contabilização dos custos necessários ao recebimento ou funcionamento do item do ativo por meio da VPD correspondente.

E por fim, o MCASP destaca que há casos em que são observadas condições sobre ativos transferidos, o que pode gerar obrigações para o ente receptor. Dessa forma, pode-se observar a necessidade de registro de um passivo. Nesses casos, à medida que as condições forem sendo realizadas, deve-se proceder à baixa do passivo com a correspondente realização da VPA.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>Da distribuição da pontuação quando a abordagem necessária ao critério do conhecimento técnico científico desejável ao item para obter pontuação máxima:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O conceito estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP: [1 ponto].2. As características e exemplos estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP: [1,5 ponto].3. A sua forma de reconhecimento estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP: [1,5 ponto].	4

Total: 4,00 pontos	
<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Cada critério que o candidato não apresentar o conhecimento técnico-científico desejável vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema, conforme a seguinte distribuição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O conceito estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP com as devidas explicações: [-1 ponto]. 2. As características e exemplos estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP com as devidas explicações: [-1 ponto]. 3. A sua forma de reconhecimento estabelecido pelo MCASP ou pelas NBC TSP com as devidas explicações: [-1 ponto]. <p>Total de desconto de até [-3,00], na proporção dos itens.</p>	3

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – ANALISTA DE SISTEMAS

1) UML (*unified modeling language*) é uma família de notações gráficas, apoiada por um metamodelo único, que ajuda na descrição e no projeto de sistemas de *software*, particularmente daqueles construídos utilizando o estilo orientado a objetos (oo). Entre todos os diagramas da uml, o diagrama de classe é o mais utilizado. Nesse contexto, apresente a definição, propriedades, operações e associações de um diagrama de classe.

R: Um diagrama de classes descreve os tipos de objetos presentes no sistema e os vários tipos de relacionamentos estáticos existentes entre eles. Os diagramas de classe também mostram as propriedades e as operações de uma classe e as restrições que se aplicam à maneira como os objetos estão conectados. As propriedades representam as características estruturais de uma classe, ou seja, os atributos e associações de uma classe. Os atributos representam os campos da classe e as associações representam os relacionamentos entre as classes juntamente com a multiplicidade. Esse último conceito, trata sobre a quantidade de instâncias de uma classe que pode se relacionar com outra classe. Finalmente, temos as operações que são as ações que uma classe sabe fazer, ou seja, representam os métodos presentes em uma classe. Os métodos podem ainda ser subdividido em: método de leitura, que retorna um valor de um campo e não altera o estado da classe, e método de modificação, que coloca um valor em um campo e não retorna nenhum outro valor.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>são 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1 ponto cada: Critério 1: Definição, descrever os objetos e os relacionamentos estáticos entre eles; Critério 2: Propriedades, separar entre atributos e associações; Critério 3: Associações, definição e conceito de multiplicidade; Critério 4: Operações, definição e detalhamento dos métodos;</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.</p>	4

2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico sobre a matéria, autoriza-se o desconto de - 0,75 pontos no item 2 por comprometimento do tema.</p>	3

2) A estrutura denominada fila é considerada do tipo FIFO (*First In First Out*), ou seja, o primeiro elemento inserido será o primeiro a ser removido. Considerando uma estrutura de fila, discorra sobre aplicações para essa estrutura, avalie o trecho de código a seguir e descreva sua funcionalidade, identificando o erro presente no código e apresentando uma proposta de melhoria (corrigir o erro). O código foi escrito em linguagem C/C++ e a melhoria, caso seja apresentada pelo candidato em formato de código, pode ser escrita na linguagem C/C++, JAVA ou pseudolinguagem. Erros de sintaxe não serão considerados na avaliação, pois o importante é a lógica apresentada na proposta de melhoria.

Trecho de código:

```

01 //Extraído de um programa gerenciador de filas em memórias
02 //Estruturas básicas da Fila
03 struct FILA
04 {
05 int num;
06 FILA *prox;
07 };
08
09 //(...)
10 //Funcionalidade específica
11 FILA *inicio = NULL;
12 FILA *fim = NULL;
13 if (inicio == NULL)
14 {
15 cout<<"Fila vazia!!";
16 }
17 else
18 {
19 FILA *aux = inicio;
20 cout<<"Número " << inicio->num << "removido!";
21 delete(aux);
22 inicio = inicio->prox;
23 }
24 //(...)

```

R: Uma Fila é usada em muitas situações, tais como: Fila de impressão, Fila de mensagens enviadas por uma operadora de Telefonia, Fila de atendimento em um Call Center, Simulação de situações da vida real, como a fila de um banco, entre outros.

Quanto à avaliação do código, trata-se, em linhas gerais de uma fila implementada dinamicamente, ou seja, usando ponteiros, e este trecho de código apresentado na questão trata, especificamente, sobre a

exclusão de um elemento da Fila. Considerando a regra FIFO dessa estrutura de dados, não é necessário especificar qual elemento deve ser excluído, visto que o primeiro que entrou na fila, e agora está em primeiro lugar, ou seja, apontado pelo ponteiro início, deve sair. Percebe-se também que o algoritmo realiza uma boa prática de programação, testando inicialmente se a estrutura está vazia antes de efetivamente remover o elemento.

Quanto ao erro no trecho de código apresentado, este se encontra entre as linhas 20 e 21, ou seja, o comando "delete(aux);" deve ser aplicado somente após o ponteiro início receber a próxima posição da lista (início = início->prox;). Caso esse trecho de código seja executado, o primeiro elemento será deletado e o ponteiro para o restante da estrutura será perdido.

Quanto a proposta de melhoria são indicadas algumas alternativas:

1 – Inverter os comandos das linhas 21 e 22;

2 – Apresentar a seguinte proposta de alteração em formato de código:

```
01 //Extraído de um programa gerenciador de filas em memórias
02 //Estruturas básicas da Fila
03 struct FILA
04 {
05     int num;
06     FILA *prox;
07 };
08
09 //(...)
10 //Funcionalidade específica
11 FILA *inicio = NULL;
12 FILA *fim = NULL;
13 (...)
14 if (inicio == NULL)
15 {
16     cout<<"Fila vazia!!";
17 }
18 else
19 {
20     FILA aux = inicio;
21     cout<<"Número " << inicio->num << "removido!";
22     inicio = inicio->prox;
23     delete(aux);
24 }
25 //(...)
```

3 – Apresentar outra proposta de alteração em formato de código como apresentado a seguir. Nesse caso, usa-se como boa prática de programação apresentar o resultado ao usuário somente ao final da execução dos comandos de exclusão do primeiro elemento:

```
01 //Extraído de um programa gerenciador de filas em memórias
02 //Estruturas básicas da Fila
03 struct FILA
04 {
05     int num;
```

```

06  FILA *prox;
07  };
08
09  //(...)
10  //Funcionalidade específica
11  FILA *inicio = NULL;
12  FILA *fim = NULL;
13  (...)
14  if (inicio == NULL)
15  {
16    cout<<"Fila vazia!!";
17  }
18  else
19  {
20    FILA *aux = inicio;
21    inicio = inicio->prox;
22    delete(aux);
23    cout<<"Número " << inicio->num << "removido!";
24  }
25  //(...)

```

Observação: o candidato ainda pode propor outros códigos que mantenham essa regra de primeiro atualizar o ponteiro para o primeiro elemento (mantendo o vínculo com o restante da estrutura) e somente depois excluir o elemento (delete(aux)) que se deseja remover da lista. O candidato pode ainda propor adicionar um controle de exceção como boa prática de programação. Mesmo que isso não interfira na lógica do código, ainda será bem-vinda à proposta.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>são 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1 ponto cada: Critério 1: descrever sobre a aplicação desta estrutura; Critério 2: avaliação do código, tratar sobre questões gerais de uma fila; Critério 3: Identificação do erro presente no trecho de código; Critério 4: Proposta de melhoria para corrigir o erro do código;</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Conforme exposto a seguir, são 4 critérios de pontuação a serem abordados: Critério 1: descrever sobre a aplicação desta estrutura;</p>	3

Critério 2: avaliação do código, tratar sobre questões gerais de uma fila;
 Critério 3: Identificação do erro presente no trecho de código;
 Critério 4: Proposta de melhoria para corrigir o erro do código;

Cada tópico não abordado autoriza-se o desconto de - 0,75 pontos.

PERITO E AUDITOR MÉDICO – MEDICINA

1) Incapacidade laborativa é a impossibilidade de desempenhar as atribuições laborativas para a função habitual. Para essa avaliação, é necessário considerar o agravamento da doença bem como o risco à vida do servidor e de terceiros. Considerando o exposto, classifique e descreva a incapacidade laborativa quanto ao grau, a duração e a abrangência profissional, explicando essa classificação.

R: O conceito de incapacidade deve compreender, em sua análise, os seguintes parâmetros: o grau, a duração e a abrangência da tarefa desempenhada.

Quanto ao grau: a incapacidade laborativa pode ser parcial ou total. Incapacidade parcial é quando o grau de incapacidade permite o desempenho das atribuições do cargo, sem risco de vida ou agravamento e incapacidade total é quando há impossibilidade de desempenhar as atribuições do cargo, não permitindo atingir a média de rendimento alcançada em condições normais pelos servidores detentores de cargo, função ou emprego.

Quanto à duração: a incapacidade laborativa pode ser temporária ou permanente. Temporária é a incapacidade para a qual se pode esperar recuperação dentro de prazo previsível e permanente quando é insuscetível de recuperação com os recursos da terapêutica, readaptação e reabilitação disponíveis à época da avaliação pericial.

Quanto à abrangência profissional, a incapacidade laborativa pode ser classificada como: Uniprofissional, Multiprofissional e omni-profissional. A Uniprofissional é aquela em que o impedimento alcança apenas uma atividade específica do cargo, função ou emprego, a multiprofissional é aquela em que o impedimento abrange diversas atividades do cargo, função ou emprego e a Omni-profissional implica a impossibilidade do desempenho de toda e qualquer atividade laborativa que vise ao próprio sustento ou de sua família.

Obs.: apontamentos corretos que não estiverem no espelho de resposta serão considerados.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>Classificou corretamente o grau de incapacidade: em parcial ou total e descreveu: até 1 ponto; Classificou quanto a duração em temporária ou permanente e descreveu: até 1 ponto; Classificou quanto à abrangência profissional em Uniprofissional, multiprofissional e omni-profissional e descreveu: até 2 pontos.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Não classificou corretamente o grau de incapacidade: em parcial ou total e não descreveu: até -0,75 ponto;</p>	3

Não classificou quanto a duração em temporária ou permanente e não descreveu: até -0,75 ponto;
 Não classificou quanto a abrangência profissional em Uniprofissional, multiprofissional e multinprofissional e não descreveu: até - 1,5 ponto.

2) O termo "hepatopatias" é bastante abrangente e indica qualquer patologia relacionada ao fígado. O que vai determinar se o benefício será de aposentadoria ou auxílio-doença é a gravidade, o estágio da doença e as consequências que ela gera na capacidade de trabalho. Com base no exposto, defina hepatopatia grave e cite: 3 causas etiológicas. Cite, ainda: 4 achados do quadro clínico; 2 achados laboratoriais e os cinco indicadores de gravidade do comprometimento funcional (classificação de child-turcotte-pugh).

R: A hepatopatia grave compreende um grupo de doenças que atingem o fígado de forma primária ou secundária, com evolução aguda ou crônica, ocasionando alteração estrutural extensa e deficiência funcional intensa, progressiva e grave, além de incapacidade para atividades laborativas e risco à vida.

As causas etiológicas das hepatopatias graves são as hepatites fulminantes (virais, tóxicas, metabólicas, autoimunes, vasculares), cirroses hepáticas (virais, tóxicas, metabólicas, autoimunes, vasculares), doenças parasitárias e granulomatosas, tumores hepáticos malignos: primários ou metastático, doenças hepatobiliares e da vesícula biliar levando à cirrose biliar secundária.

Dentre os achados do quadro clínico, estão emagrecimento; icterícia; ascite; edemas periféricos; fenômenos hemorrágicos; alterações cutaneomucosas sugestivas: aranhas vasculares, eritema palmar, queda dos pelos, sufusões hemorrágicas, mucosas hipocoradas; e alterações neuropsiquiátricas de encefalopatia hepática. Quanto ao quadro laboratorial, tem-se:

-alterações hematológicas: pancitopenia (completa ou parcial); anemia, leucopenia e trombocitopenia; e distúrbios da coagulação: hipoprotrombinemia e queda dos fatores da coagulação (V, VII, fibrinogênio);

-alterações bioquímicas:

1) hipoglicemia predominante;

2) hipocolesterolemia; e

3) hiponatremia;

-testes de avaliação hepática alterados:

1) retenção de bilirrubinas;

2) transaminases elevadas;

3) fosfatase alcalina e gama-GT elevadas; e

4) albumina reduzida.

Os Indicadores da Classificação de Child-Turcotte-Pugh são: albumina; bilirrubina; ascite; grau de encefalopatia e tempo de protrombina.

Obs.: apontamentos corretos que não estiverem no espelho de resposta serão considerados.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>Definiu hepatopatia grave e causas etiológicas : até 1 ponto Citou 3 achados do quadro clínico : até 1 ponto Citou 2 achados laboratoriais: até 1 ponto.</p>	4

	Citou os cinco indicadores de gravidade do comprometimento funcional: até 1 ponto.	
2	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>Candidato deixou de:</p> <p>Definir hepatopatia grave e causas etiológicas : até – 0,75;</p> <p>Citar 3 achados do quadro clínico : até – 0,75;</p> <p>Citar 2 achados laboratoriais: até -0,50;</p> <p>Citar os cinco indicadores de gravidade do comprometimento funcional: até – 1.</p>	3

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – DIREITO

1) “O mercado de previdência é um ambiente em constante movimento. Por isso, através desta plataforma mais aberta de investimentos, propiciada pela chegada destas casas independentes, estamos oferecendo aos nossos clientes estratégias que garantam equilíbrio entre risco e rentabilidade, ao mesmo tempo em que atendem às demandas atuais do mercado”, afirmou adriano guilherme francisco, consultor de investimentos da brasilprev, em nota.”

(Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/investidor-aumenta-demanda-por-previdencia-privada-e-captacao-cresce-42-no-1o-semester-confira-as-tendencias-para-o-setor/>. Acesso em: 01 jan. 2022.)

Com base no texto apresentado, que trata de previdência privada/complementar, e com base no regramento constitucional e infraconstitucional que rege a disciplina do direito previdenciário, redija um texto que aborde necessariamente os aspectos que diferenciam o regime geral de previdência social do regime de previdência complementar/privada, discorrendo também sobre a diferença entre regime de repartição e regime de capitalização. Sobre o regime de previdência complementar, é necessário, ainda, apontar as diferenças entre as entidades fechadas de previdência complementar e as entidades abertas de previdência complementar e apontar o(s) principal(is) impacto(s), expressamente previstos na constituição federal, da instituição de um regime de previdência complementar para os antigos e novos servidores públicos efetivos.

R: O regime de Previdência Social do RGPS é de filiação obrigatória, enquanto o Regime de Previdência Complementar é de filiação facultativa. O Regime de Previdência Complementar é autônomo face ao RGPS e visa complementar os benefícios pagos por este. O RPC é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado (capitalização) enquanto o RGPS é baseado no modelo de repartição simples.

No regime de repartição simples, utilizado no RGPS, há um pacto entre as gerações, de tal modo que os atuais trabalhadores da ativa pagam os benefícios dos que estão recebendo, na esperança de que, quando chegar a sua vez, a próxima geração fará o mesmo. Já no regime de capitalização, utilizado no RPC, o próprio trabalhador irá produzir, durante a sua vida laborativa, o montante de recursos necessários e suficientes para a sua aposentadoria.

EFPC podem ser constituídas somente por Fundações, já as EAPC podem ser constituídas tanto por sociedades anônimas quanto por sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida; EFPC visam ao mutualismo entre seus participantes, já as EAPC visam ao lucro; EFPC são fiscalizadas pela PREVIC, já as EAPC são fiscalizadas pela SUSEP.

Ao instituir o RPC para seus servidores, o ente federativo poderá limitar o benefício previdenciário dos novos servidores ao teto do RGPS. Para os servidores que ingressaram no serviço público antes da

instituição do RPC restará a possibilidade de escolher entre migrar para o RPC e ter seu benefício do RPPS limitado ao teto do RGPS, ou permanecer somente no RPPS.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>São 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1 ponto cada.</p> <p>CRITÉRIO 01: Diferenciou, com base na Constituição Federal, o Regime Geral de Previdência Social do Regime de Previdência Complementar/privada: [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 02: Diferenciou o regime de repartição simples do regime de capitalização [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 03: Apontou as diferenças entre as EFPC e as EAPC [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 04: Apontou o(s) principal(is) impacto(s), expressamente previstos na Constituição Federal, da instituição de um Regime de Previdência Complementar para os antigos e novos servidores públicos efetivos [até 1 ponto].</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>São 04 os critérios estabelecidos para responder essa questão:</p> <p>Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico sobre a matéria, autoriza-se o desconto de [até - 0,75 pontos] no item 2 por comprometimento do tema.</p>	3

2) A Previdência Social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: [...] pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. Em relação ao benefício de pensão por morte pago pelo RGPS, tendo em vista o seu atual regramento Constitucional e infraconstitucional, redija um texto que aborde necessariamente aspectos relacionados ao atual valor do benefício pago aos beneficiários, as inovações da EC nº103/2019 no que diz respeito aos dependentes previdenciários, tratando especificamente do dependente inválido ou deficiente e do equiparado a filho, abordando ainda as regras de cálculo de cumulatividade de pensão com outros benefícios trazidos pela EC nº 103/2019.

R: Antes da EC nº 103/2019, a Renda Mensal Inicial da Pensão por morte consistia em 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez. Com o advento da reforma da Previdência, o valor da pensão por morte consistirá em uma cota de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse

aposentado por incapacidade permanente, acrescida de cotas de 10% (limitadas a cinco cotas) para cada dependente acrescido no cálculo.

Essa regra de cotas, todavia, não se aplica para aos dependentes inválidos/deficientes, pois, para eles, a legislação continua garantindo uma Pensão por morte no valor de 100% da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente limitado, obviamente, ao teto do RGPS. Uma novidade interessante trazida pela EC nº 103/2019 para os dependentes inválidos/deficientes é que, agora, esses dependentes podem demonstrar ao INSS, por meio de perícia biopsicossocial, a sua condição de pessoa inválida/deficiente mesmo antes do óbito do segurado instituidor.

Quanto ao dependente equiparado a filho, a novidade trazida pela EC nº 103/2019 é que, contrariando entendimento já sedimentado no poder judiciário, por meio do Tema nº 732 do STJ, quanto à condição de dependente do menor sob guarda, a EC nº 103/2019 limitou essa equiparação apenas ao menor tutelado e menor curatelado.

A EC nº 103/2019 trouxe também algumas situações específicas nas quais o benefício de pensão por morte poderá ser cumulado com outra pensão ou outra aposentadoria. Para esses casos de acumulação descritas no artigo 24, §1º da EC nº 103/2019 o segurado deverá optar pelo recebimento do benefício que entender mais vantajoso, o qual lhe será pago na íntegra. Do benefício menos vantajoso lhe será pago mensalmente apenas uma parte.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>São 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 1 ponto cada.</p> <p>CRITÉRIO 01: Dissertou a respeito dos aspectos relacionados ao atual valor do benefício pago aos beneficiários da pensão por morte [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 02: Dissertou a respeito dos aspectos relacionados às inovações da EC nº 103/2019 no que diz respeito aos dependentes previdenciários, especificamente do dependente inválido ou deficiente [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 03: Dissertou a respeito dos aspectos relacionados às inovações da EC nº 103/2019 no que diz respeito aos dependentes previdenciários, especificamente do menor sob guarda [até 1 ponto];</p> <p>CRITÉRIO 04: Dissertou a respeito das regras de cálculo de cumulatividade de pensão com outros benefícios trazidos pela EC nº 103/2019 [até 1 ponto];</p> <p>Total: 4 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.</p>	4
<p>2</p> <p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Para cada tópico não abordado no item 1, conhecimento técnico-científico sobre a matéria, autoriza-se o desconto de [até - 0,75 pontos] no item 2 por comprometimento do tema.</p>	3

ANALISTA EM PREVIDÊNCIA – ENGENHARIA CIVIL

1) Em relação às estacas escavadas com trado mecânico, sem fluido estabilizante, explique a respeito dos procedimentos executivos, abordando, especificamente:

- perfil de subsolo em que são empregadas;
- fator limitante para a profundidade;
- concretagem;
- colocação de armadura, diferenciando os procedimentos para as situações de armadura sem função estrutural e armadura com função estrutural (quando a estaca é submetida a esforços de tração, a esforços horizontais e/ou momentos).

R: As estacas escavadas com trado mecânico, sem fluido estabilizante, são empregadas onde o perfil do subsolo tem características tais que o furo se mantenha estável sem a necessidade de revestimento ou de fluido estabilizante. A profundidade é limitada à ausência de água durante todo o processo executivo, ou seja, limitada ao nível do lençol freático. A concretagem deve ser feita no mesmo dia da perfuração, através de um funil de modo a orientar o fluxo de concreto. No caso de estacas não sujeitas à tração ou à flexão, a armadura é apenas de arranque, sem função estrutural, e as barras podem ser posicionadas no concreto, uma a uma, sem estribos, imediatamente após a concretagem, deixando-se para fora a espera (arranque) prevista no projeto. No caso de estacas submetidas a esforços de tração, esforços horizontais e/ou momentos, a armadura projetada deve ser colocada no furo antes da concretagem.

Referências consideradas: ABNT NBR 6122:2019 e ABNT NBR 6118:2014

ABNT NBR 6122 - Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro, 2019.

ABNT NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem;</p> <p>Critério 1: Conhecimento sobre o perfil de subsolo em que são empregadas [ATÉ 1,0 ponto]</p> <p>Critério 2: Conhecimento sobre fator limitante para a profundidade [ATÉ 1,0 ponto]</p> <p>Critério 3: Conhecimento sobre concretagem [ATÉ 1,0 ponto]</p> <p>Critério 4: Conhecimento sobre colocação de armadura [ATÉ 1,0 ponto]</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Para cada tópico não abordado adequadamente, será realizado o desconto a seguir:</p> <p>Critério 1: Perfil de subsolo em que são empregadas [ATÉ -0,75 ponto]</p> <p>Critério 2: Procedimentos executivos e fator limitante para a profundidade [ATÉ -0,75 ponto]</p> <p>Critério 3: Procedimentos executivos de Concretagem [ATÉ -0,75 ponto]</p> <p>Critério 4: Procedimentos executivos de colocação de armadura [ATÉ -0,75 ponto]</p>	3

2) Em relação ao emprego do orçamento analítico para prever o custo de uma obra na construção civil, discorra de forma explicativa abordando os seguintes itens:

- **Definição e grau de detalhamento do orçamento analítico;**
- **Definição de composição de custos;**
- **Custos indiretos. Exemplifique.**

R: Com base em Mattos (2007), nos Cap. 2 (Graus do Orçamento), 3 (Levantamento de Quantidades) e 4 (Composição de Custos) do livro “Como preparar orçamentos para obras”, segue que:

O orçamento analítico constitui a forma mais precisa e detalhada de se prever o custo de uma obra. É elaborado por meio de composições de custos para cada serviço a ser realizado, buscando-se chegar a um valor bem próximo do custo real, com reduzida margem de incerteza. De modo geral, cada composição de custos lista todos os insumos (materiais, mão de obra e equipamentos), com respectivos custos unitários dos insumos e quantidades necessárias para a realização de uma unidade do dado serviço. Os custos dos insumos são obtidos por extensa pesquisa de preços. Para cada serviço previsto, são feitos rigorosos levantamentos das quantidades a serem realizadas. Além do custo direto (custo de serviços), são computados também os custos indiretos, que não tratam diretamente da execução de serviços, mas que também contribuem para o custo total da obra. Exemplos de custos indiretos são: custo de manutenção do canteiro, equipe técnica, administrativa e de suporte de obra, taxas e emolumentos, entre outros.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	<p>Conhecimento técnico-científico sobre a matéria:</p> <p>CRITÉRIOS: são 3 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem; Critério 1: Definição e grau de detalhamento do orçamento analítico. [2,0 pontos] Critério 2: Definição de composições de custos. [1,0 ponto] Critério 3: Custos indiretos. Exemplos. [1,0 ponto]</p>	4
2	<p>Atendimento ao tema proposto:</p> <p>Cada tópico não abordado adequadamente será realizado o desconto abaixo:</p> <p>Critério 1: Definição e grau de detalhamento do orçamento analítico. [-1,50 pontos] Critério 2: Definição de composição de custos. [-0,75 ponto] Critério 3: Custos indiretos. Exemplos. [-0,75 ponto]</p>	3

